

Turma e Ano: Direito Processual Civil - NCPC (2016)

Matéria / Aula: Litisconsórcio Multitudinário. Necessário / 53

Professor: Edward Carlyle

Monitora: Laryssa Marques

### Aula 53

#### Litisconsórcio

Litisconsórcio Multitudinário: previsto no art. 113, CPC/15, §§ 1º e 2º:

**§ 1º O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.**

Note que a hipótese trata de litisconsórcio facultativo. Isto quer dizer que no litisconsórcio necessário, o juiz não pode limitar o número de litigantes.

Essa limitação, como regra, é pleiteada pelo interessado, quando o número de litigantes puder comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.

O juiz pode realizar essa limitação de ofício? Duas correntes:

- **1ª corrente** -> juiz pode examinar de ofício na hipótese em que o número de litigantes possa comprometer a rápida solução do litígio; e no caso de cumprimento de sentença, a depender do caso concreto. Na hipótese de dificuldade de defesa, quem deve aquilatar é a parte ré.
- **2ª corrente** -> juiz pode examinar de ofício em qualquer hipótese.

No CPC/73, o art. 46, p. único previa: **O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa. O pedido de limitação interrompe o prazo para resposta, que recomeça da intimação da decisão.**

Na fase de conhecimento -> limitação aplicada quando o número de litigantes comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.

Na liquidação de sentença -> limitação aplicada quando o número de litigantes comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.

Na execução: Título executivo judicial – cumprimento de sentença; Título extrajudicial – execução propriamente dita. O legislador não especificou, então, não cabe ao intérprete fazê-lo. Então, a menção a cumprimento de sentença é desnecessária, porque já estaria limitado o número de litigantes em razão da referência à ‘execução’ -> diante disso, a razão para limitação do número de litigantes na execução será o comprometimento a rápida solução do litígio ou dificuldade a defesa.

**§ 2º O requerimento de limitação interrompe o prazo para manifestação ou resposta, que recomeçará da intimação da decisão que o solucionar.**

Ex.: demanda ajuizada por 1.000 autores em face de 1 réu. O réu se defende, alegando que isso iria comprometer a rápida solução do litígio, promoveria dificuldade de defesa e do cumprimento de sentença.

Qual é o prazo para o requerimento de limitação ser formulado? Segundo a doutrina e a jurisprudência majoritárias, seria o prazo de resposta.

Assim, o requerimento de limitação interrompe o prazo para manifestação ou resposta, que recomeçará da intimação da decisão que o solucionar.

Imagine que o juiz entenda que o número adequado são 10 litisconsortes. Assim, além da demanda originária, há 99 demandas com 10 litisconsortes cada. Essas 99 demandas devem ser distribuídas para o próprio juízo.

Só que na prática, há juiz que desmembra os processos e encaminha para a livre distribuição. Há também juiz que fica com a demanda originária com 10 litisconsortes e outro processo com 990 litisconsortes encaminha para distribuição.

Atenção! O juiz fica com 10 e exclui 990 -> não se trata de sentença de extinção. É decisão interlocutória, que mantém os 10 e exclui todos os demais. Contra esta decisão, cabe agravo de instrumento, nos moldes do art. 1.015, VII, CPC/15.

**CPC/15, Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: VIII - rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio.**

Definida a questão envolvendo o litisconsórcio multitudinário, reabre-se o prazo de resposta ao réu.

**Litisconsórcio necessário:**

**CPC/15, Art. 114. O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.**

Todos os indivíduos vinculados à relação jurídica de direito material controvertida em juízo precisam figurar no processo para que a sentença que vier a ser proferida seja considerada válida e eficaz. Isto porque todos eles possuem direito ao contraditório e a ampla defesa.

Normalmente, o litisconsórcio necessário tem relação com ações de cunho constitutivo, abrangidas, obviamente, as ações desconstitutivas (constitutivas negativas).

**Hipóteses:**

- Por disposição de lei.
  - Ex.1: ações reais imobiliárias envolvendo cônjuges – art. 73, p. 1º, CPC/16.
  - Ex.2: ações possessórias – art. 73, p. 2º, CPC/15.
  - Ex.3: oposição - art. 682, CPC/15.
- Pela natureza indivisível (incindível/una) da relação jurídica de direito material controvertida.
  - Se todos podem ser atingidos pela decisão, todos têm direito ao contraditório e a ampla defesa.

Note que as hipóteses acima dizem respeito ao momento da formação da relação jurídica processual.